

O CONSELHO DE CLASSE NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: com a palavra, os estudantes

THE CLASS COUNCIL IN PROFESSIONAL AND TECHNOLOGICAL EDUCATION: with the word, students

Meiriane Rebouças da Silva Rosário¹ - IFCE
Luís Gomes de Moura Neto² - IFPB

RESUMO

Na redemocratização do País, caracterizada pelo diálogo e pela reflexão coletiva, as escolas passaram a experimentar a permanência do estudante nesse espaço, pautada por princípios da autonomia, participação coletiva e gestão democrática. Nesta perspectiva, essa pesquisa busca analisar as atas das reuniões de conselho de classe e entrevistar estudantes visando discutir fatores que interferem/facilitam a participação estudantil na reunião, e como esse momento pode contribuir para a sua formação integral. Pode-se observar que apesar do muito que ainda se tem por avançar, é perceptível a conquista de avanços significativos para a abertura da participação, em especial nos momentos de tomada de decisão. Algumas vezes é visível que não só os estudantes desconhecem o Regimento do Conselho de Classe como boa parte dos seus membros, o que pode justificar, em parte, o não cumprimento do regulamento, necessitando todos de formação continuada.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino Médio Integrado; Protagonismo Estudantil; Análise documental; Entrevista

ABSTRACT

In the country's redemocratization, characterized by dialogue and collective reflection, schools began to experience the student's permanence in this space, guided by principles of autonomy, collective participation and democratic management. From this perspective, this research seeks to analyze minutes of class council meetings, and interview students in order to discuss factors that interfere/facilitate student participation in the meeting, and how this moment can contribute to their integral formation. It can be seen that despite the much that still needs to be done, it is noticeable that significant advances have been made in opening up participation, especially in moments of decision-making. Sometimes it is visible that not only the students are unaware of the Class Council Regulations, but also a good part of its members, which may partially justify the non-compliance with the regulation, requiring all of them to undergo continuous training.

KEYWORDS: Integrated High School; Student Protagonism; Document analysis; Interview.

DOI: 10.21920/recei720239296783
<http://dx.doi.org/10.21920/recei720239296783>

¹Licenciada em Pedagogia (UERN). Mestra em Educação Profissional e Tecnológica (IFRN). Pedagoga do IFCE - Campus Aracati. E-mail: meiriane.reboucas@ifce.edu.br / ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6307-5905>.

²Tecnólogo em Alimentos (FATEC). Mestre em Ciência e Tecnologia de Alimentos (UFC). Doutor em Biotecnologia (UFC). Professor do Instituto Federal da Paraíba e do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica. E-mail: luisgomesmn@gmail.com / ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2318-4637>.

INTRODUÇÃO

As reuniões de conselho de classe são momentos formais e regulares em que os docentes e toda a equipe gestora de uma unidade de ensino podem refletir, discutir e definir estratégias para que os objetivos educacionais, e não só aqueles de aprendizagem, sejam alcançados por todos os estudantes. Examinar como se estruturam e funcionam os conselhos de classe oferece pistas importantes a respeito da cultura escolar e sobre as concepções de educação e avaliação subjacentes às práticas pedagógicas e de gestão.

É bem perceptível uma realidade na educação brasileira na qual as políticas da educação profissional e tecnológica caminharam de forma separada, se caracterizando como dualista e ofertando um ensino de caráter intelectual e acadêmico, onde ocorre a continuidade dos estudos da elite e, por outro lado, a preparação típica dos trabalhadores para o saber fazer. É preciso enfrentar essa dualidade, garantindo, assim, para que o conhecimento e uma educação politécnica seja para todos, permitindo acesso à cultura, à ciência e ao trabalho por meio da Educação Básica e Profissional. E assim caminham os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, ofertando cursos não apenas para a profissionalização, mas também para a emancipação dos sujeitos, fortalecendo a formação pela cidadania e pelas áreas de conhecimento e de suas tecnologias com as dimensões cultura, ciência, tecnologia e trabalho por meio da oferta do Ensino Médio Integrado (EMI) (ROSÁRIO; SANTOS; MOURA NETO, 2022).

Uma formação omnilateral necessita de uma educação que se ocupe do pleno desenvolvimento das potencialidades do ser humano. No EMI, o papel da escola é associar a apreensão de conhecimentos humanísticos de educação geral à aquisição dos conhecimentos técnicos que possibilite o desenvolvimento da cidadania e a inserção no mundo do trabalho (FIGARO, 2008). Assim, a proposta de integração do Ensino Médio à formação profissional estaria cumprindo seu objetivo maior: a formação integral do estudante.

Por muito tempo, o Brasil teve sua história de participação popular enquanto sociedade civil nos processos educacionais no Brasil marcada por uma visão patrimonialista de Estado, em que somente um grupo seleto de letrados participavam, ficando a maior parte impossibilitada de atuar. Com a reconfiguração da Constituição Federal de 1988, termos como “participação”, “responsabilidade social” e “gestão democrática” ganharam forças, fazendo com que o cidadão, mesmo que de forma tímida, valorizasse sua participação enquanto membro de uma sociedade organizada e responsabilizada pela gestão pública, dentre elas, e com bastante ênfase, os processos educacionais atuais.

De acordo com Lück (2013), o exercício da cidadania pressupõe a criação de espaços democráticos que permitam ao sujeito participar de forma ativa, sendo a participação condição indispensável para a efetivação da democracia. Conforme Sena Neto (2018), esse novo modo de conceber a participação popular na gestão pública fez o indivíduo, mesmo que de forma sutil, valorizar a sua participação como parte de uma sociedade, responsável também pelas decisões públicas, dentre elas, os processos de gestão da educação. Na sua essência, a democracia é algo a ser alcançado, devendo-se considerar sua conquista uma utopia, o que não significa dizer que se deve abrir mão da democracia alcançada e sim que possam ser desenvolvidos processos de aperfeiçoamento.

Diversas ferramentas legais sugeriram com o intuito de que a escola passasse a ter características mais democráticas, como a Constituição Federal de 1988 e a LDB 9394/96, que destaca a obrigatoriedade da gestão democrática no ensino público, promovendo os espaços colegiados, como o Conselho de Classe, entre outros. E assim, nesses espaços era instituída a

participação de trabalho coletivo da comunidade escolar formada por professores, funcionários, pais, estudantes e sociedade civil. A gestão democrática se reforça, se legitima e consegue operar transformações significantes em uma realidade escolar (ROSÁRIO; SANTOS; MOURA NETO, 2022).

A gestão democrática, no entanto, não ocorre somente pela existência de um espaço instituído. Leite (2012) defende que quando se tem a abertura dos espaços de participação na escola, é necessário pensar na preparação dos sujeitos, dando-lhes condições reais para uma participação significativa.

Compreende-se que os conselhos de classe, apesar de serem importantes instrumentos de fomento à participação da comunidade escolar nos processos decisórios, por si só não garantem a efetiva participação nos espaços escolares, pois muitas vezes essa participação se dá de forma apenas presencial, sem maiores contribuições. A participação somente será efetiva se seus integrantes se sentirem parte envolvida no processo.

É preciso conceber o conselho como um espaço propício para aprender a fazer democracia, contudo nem sempre sua aceitação é pacífica por parte de alguns atores da escola, que de forma equivocada, compreendem o conselho como disputa do poder de decisão referente ao processo pedagógico. Decisões essas que eram de exclusividade apenas dos setores internos da escola, em especial professores e gestores. Como resultado dessa resistência, existem muitos conselhos que ocorrem de forma assimétrica onde os membros. Os estudantes, em especial, se sentem desconfortáveis para expressarem sua opinião, resultando na baixa participação, além da não compreensão da importância da ocupação desses espaços.

Para o exercício da participação, é necessário que se garantam, além da abertura dos espaços, o desenvolvimento de iniciativas de formação dos envolvidos nesse processo, em especial, os estudantes, contribuindo para que alcancem o nível pleno da participação, definida por Lück (2013) como engajamento em assumir responsabilidades que almejem os objetivos comuns e os interesses coletivos. A autora categoriza a participação em cinco formas básicas com diferentes intensidades de envolvimento e compromisso: Participação como presença; Participação como expressão verbal; Participação como representação política; Participação como tomada de decisão; e Participação como engajamento.

Buscando, então, analisar as atas de reuniões disponíveis para entender como acontece a participação estudantil no conselho de classe, assim como ouvir esses estudantes sobre os fatores que interferem/facilitam a sua participação, essa pesquisa pretende compreender como o conselho de classe pode contribuir para a formação política dos estudantes da educação profissional e tecnológica numa perspectiva de formação integral.

METODOLOGIA

A presente pesquisa foi desenvolvida no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), *campus* Aracati, localizado no município de Aracati/CE, o qual oferta cursos de nível básico, técnico e tecnológico, além de licenciatura e bacharelado, contando com atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão.

Para a realização desta pesquisa, foram convidados os estudantes do 6º semestre do Curso Técnico Integrado em Petroquímica. A escolha dessa turma, em especial, deu-se por ser uma turma com uma experiência mais amadurecida do conselho de classe. O convite foi direcionado aos 22 estudantes da turma, destes, 19 aderiram. Os estudantes convidados foram esclarecidos sobre os objetivos da pesquisa e os procedimentos aos quais seriam submetidos,

bem como a solicitação da anuência formal através da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) ou do Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE), nos quais constavam riscos e benefícios da pesquisa. Os estudantes menores que aceitaram participar da pesquisa foram autorizados por meio dos seus responsáveis. A pesquisa iniciou-se após aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (CEP/IFCE), sob o nº 4.453.431.

Para garantir o anonimato dos estudantes e facilitar a organização dos dados, no momento das análises, a sua identificação foi constituída da seguinte forma: A-1 (Estudante 01), A-2 (Estudante 02) e assim sucessivamente.

A metodologia dessa pesquisa teve como base epistemológica os pressupostos da Pedagogia Histórico-Crítica de Saviani (2008), por compreender que o conhecimento representa um instrumento de luta e emancipação humana, com vistas à libertação da exploração e dominação da classe dominante, ele defende o ensino dos conhecimentos acumulados historicamente como forma de instrumentalização dos indivíduos.

A partir da definição dos objetivos e da questão de investigação, optou-se por uma abordagem qualitativa de investigação, uma vez que se apresenta como a mais adequada para o desenvolvimento da pesquisa, pois se preocupa com a compreensão e a interpretação do tema.

Do ponto de vista da configuração dos objetivos, a pesquisa foi dividida em duas partes. Na primeira foi realizada uma pesquisa documental considerada por Yin (2005) como um dos pontos mais importantes, por dar mais estabilidade aos resultados obtidos e fundamentar as afirmações e declarações dos participantes, onde a análise foi realizada nas atas das reuniões do conselho de classe, disponíveis no site da instituição. Intentou-se identificar nas atas a frequência dos estudantes e sua participação no conselho de classe, como estes ocupam seu lugar de fala, representando os interesses de quem eles foram escolhidos para representar.

A segunda parte foi desenvolvida por meio de entrevista semiestruturada realizada junto aos estudantes constando de questões subjetivas, relacionadas ao nível de conhecimento do regulamento do conselho de classe no IFCE; a percepção acerca da participação estudantil no conselho; identificação dos fatores que interferem nessa participação e como ela tem se efetivado; a necessidade ou não de processos formativos que contribuam com a qualificação dos estudantes para atuarem no conselho de classe; e sugestões de melhorias para esse colegiado.

Para a análise dos dados, foi organizado todo o material coletado nas leituras, na pesquisa documental e de campo, identificando-se os pontos mais relevantes e com base na técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (2011).

ANÁLISES E DISCUSSÕES

O material coletado foi analisado buscando-se relacionar a participação estudantil no conselho de classe, regulamentada pela legislação e nos documentos oficiais, com sua materialização (atas e entrevistas), identificando-se os fatores que interferem nessa participação, seja de forma negativa ou positiva.

Regulamentação da participação no contexto escolar (Análise das atas do conselho de classe)

O registro das atas está previsto no Regimento de Conselho de Classe (RCC), nas quais

devem constar “discussões, providências e decisões tomadas em reuniões de Conselho de Classe” (IFCE, 2016), sendo, portanto, muito importante e necessário que as atas produzidas contemplem essas observações em seus registros. Foram analisadas apenas as atas do conselho de caráter prognóstico, uma vez que só nessas reuniões ocorre a presença estudantil. Os dados aqui analisados foram complementados posteriormente com os dados oriundos da entrevista.

Considerando o previsto no RCC, de que devem ocorrer no mínimo duas reuniões de caráter prognóstico por semestre e que os estudantes se encontravam, no período da pesquisa, no 5º semestre, infere-se que foram produzidas dez atas desde o início da turma, no entanto, apenas seis foram disponibilizadas. O restante não foi localizado, descumprindo-se, portanto, o RCC, quando este destaca que o redator deve “entregar à Coordenação Técnico-Pedagógica (CTP) a ata original devidamente preenchida e assinada para que aquele setor faça o devido armazenamento desse documento” (IFCE, 2016), cabendo, assim, à CTP o arquivamento de todas as atas do conselho, seja de forma física ou virtual.

Das atas analisadas, percebeu-se que as datas em que ocorreram as reuniões não seguiram o previsto no calendário acadêmico disponibilizado no início do semestre, conforme orientação do RCC, que mesmo não ocorrendo nas datas previstas, foram todas realizadas.

Em apenas uma das reuniões não houve a presença da representação estudantil, e o motivo da ausência não foi mencionado ou questionado. Esta ausência ocorreu na primeira reunião da turma, do que se pode concluir que os estudantes ainda não se sentiam à vontade para participar, até porque na maioria das reuniões seguintes estavam presentes, além do representante, o seu vice, o que demonstra compromisso com o papel que se propuseram a desempenhar, bem como a abertura do *campus* à participação estudantil para além dos documentos regulatórios, pois o regulamento prevê a participação de apenas um representante de turma.

Nos registros, a fala do estudante se limita ao momento em que lhe é concedida a palavra para que apresente as demandas da turma, não havendo, portanto, nenhum registro da sua fala em outros momentos de discussão e encaminhamentos de forma espontânea. Corroborando com o defendido por Lück (2013) em seus estudos, que a participação consiste em expressão verbal, onde ela não passa, com muita frequência, de simples verbalização de ideias e opiniões, sem que ocorra o avanço nas e a resolução dos problemas. A participação com essas características é muitas vezes limitada, pois as discussões se encerram nelas mesmas, haja vista a ausência de um esforço na sistematização dos diferentes aspectos tratados e da responsabilidade por sua realização.

Chamou a atenção que numa das reuniões não ocorreu a fala do representante de turma, apenas mencionou-se sua presença, mas não lhe foi solicitada a apresentação das demandas, nem ele solicitou espaço para colocá-las. E se aconteceu alguma fala de algum estudante naquela ocasião, não consta o devido registro na ata. Isso reduz ainda mais o nível de participação para o que Lück (2013) denomina de participação como presença, onde é participante quem pertence a um grupo, independentemente de sua atuação nele. Nesse entendimento, a presença física, o estar presente, são tomados como o bastante para que a pessoa seja considerada participante. No trabalho da pesquisa de Magnata e Abranches (2018), desenvolvida em uma escola que tem conselho de classe com participação dos estudantes, verificou-se que a participação não diz respeito apenas ao estar presente, mas à oportunidade para expressar ideias e opiniões, identificando e discutindo problemas com o objetivo de resolvê-los. Quanto às demandas abordadas pelos estudantes, elas se referem, predominantemente, à metodologia e à preparação para o ENEM:

[...] as Representantes do corpo discente fizeram as seguintes solicitações: a) utilização de quadro branco pelos docentes para melhor visualização de pontos conteudísticos pelos discentes; b) disponibilização do volume 02 (dois) do livro de História, tendo em vista a finalização dos assuntos do volume 01 (um) há um bom tempo; c) melhor preparação dos discentes para o ENEM (Ata da 2ª reunião, S2, 2018, grifo nosso).

Estudantes representantes de turma [...] falam da necessidade de mais aulas práticas, dizem apresentar dificuldade para compreender os assuntos trabalhados em sala. Também falam da necessidade de uma preparação mais direcionada para o ENEM, sugerindo aplicação de simulados (Ata da 2ª reunião, S3, grifo nosso).

[...] as representantes da turma [...] pediram mais comunicação entre professores e gestão junto à turma, aulas práticas e mais dinâmicas. (Ata da 1ª reunião S4, grifo nosso).

[...] a representante dos estudantes [...] apresentou o tempo das aulas como principal dificuldade em relação à condução do ensino remoto. [...] o tempo administrado pelos docentes nos encontros síncronos têm sido muito longo, ultrapassando uma hora, o que torna a aula bastante cansativa e desgastante para a turma. Assim, sugeriu que as aulas síncronas fossem mais breves, não ultrapassando uma hora, haja vista que os discentes já estão sobrecarregados de aulas e exercícios. (Ata da 1ª reunião S5, grifo nosso).

Note-se que as demandas dos discentes são mais relacionadas à metodologia, a saber, a “utilização de quadro branco”, as “aulas mais dinâmicas” e ao “tempo das aulas”, seguida da “preparação para o ENEM” e da “necessidade de aulas práticas”. Em apenas uma das atas eles citaram “dificuldade para compreender os assuntos trabalhados em sala”. Isso coaduna com a pesquisa de Victor (2019), que analisou os processos de participação dos estudantes da educação profissional técnica de nível médio e suas relações com o princípio da gestão democrática no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM), observando que a metodologia do professor é o assunto mais levantado em reuniões do Conselho conforme relatos dos entrevistados.

Outra curiosidade é a forma como essas demandas são abordadas nas reuniões. Após a fala do representante, não são promovidas discussões e tampouco encaminhamentos, mesmo que em algumas das suas falas este aponte algumas sugestões. Das questões apresentadas, apenas a relacionada ao ENEM foi discutida e encaminhada. No tocante à falta de aulas práticas, foi apresentada uma justificativa para a ausência e o restante se resumiu apenas à escuta. Se elas também foram discutidas e encaminhadas, não consta registro nas atas.

Percebe-se que ao mesmo tempo em que é garantido o espaço ao estudante, ele, muitas vezes se reduz apenas à escuta, não suscitando discussão nem encaminhamentos das suas demandas, levando, por vezes, à desvalorização desse órgão colegiado pelos estudantes, bem como pelos professores. Magnata e Abranches (2018), na sua pesquisa, constataram que é preciso atentar que “não basta discutir, refletir ou tomar parte nas decisões, se não houver de fato um comprometimento com acompanhamento e cobrança de realização do que foi decidido”.

Para a análise das atas foram encontradas dificuldades devido à forma breve e objetiva como elas foram redigidas, supondo-se que importantes registros de discussões e encaminhamentos que porventura tenham ocorrido deixaram de ser feitos. Daí a importância

da leitura da ata anterior para perceber os avanços alcançados por meio dos encaminhamentos, como os que não foram resolvidos, conforme constatado por Sena Neto (2018) em sua pesquisa. Mesmo com a dificuldade de análise das atas disponibilizadas, foi possível identificar que os estudantes têm o direito à participação e à fala respeitado, participação esta próxima ao que Lück (2013) define como tomada de decisão, onde “[...] participar implica compartilhar poder, vale dizer, implica compartilhar responsabilidades por decisões tomadas em conjunto com uma coletividade e o enfrentamento dos desafios de promoção e avanços”. Contudo, necessita-se que ajam com mais autonomia e que sejam adotadas melhorias para que, com o apoio dos outros membros que compõem o conselho, ela passe da simples presença ou verbalização à participação efetiva.

Com a palavra, o estudante

O momento da entrevista realizada com os 19 estudantes, se fundamentou em 9 perguntas, por meio das quais foram possíveis as seguintes reflexões.

Na *primeira pergunta* buscou-se saber se o entrevistado conhecia ou já tinha ouvido falar do regulamento do conselho de classe do IFCE. A maioria dos estudantes respondeu negativamente a essa questão, parecendo desconhecer o documento em sua totalidade. Tal constatação demonstra a necessidade de estudo teórico do documento para que haja consonância entre o que ele prescreve e a prática do conselho. Pode-se afirmar que sem esse conhecimento, a participação dos estudantes, bem como dos membros, pode ficar comprometida, haja vista a importância de conhecimentos básicos para uma atuação verdadeiramente significativa. Sena Neto (2018) observou, em sua pesquisa, que esse conhecimento é importante “para instrumentalizar com subsídios teóricos os membros do conselho e despertar para a reflexão da necessidade e relevância da qualificação dos que compõem o colegiado para a atuação prática dos sujeitos”. Destacou-se também a fala de A-12, que assumiu não conhecer o regulamento do conselho de classe por não ser representante de turma e por não se reconhecer como parte dele, reduzindo a participação estudantil naquele contexto apenas ao seu representante no momento da reunião, com todos os membros do conselho.

Na verdade, esse pensamento representa um entendimento equivocado de considerar que conhecer o documento é tarefa apenas do estudante que foi escolhido para representar a turma, delegando a este toda e qualquer responsabilidade referente ao conselho, e, por conseguinte, não se sentindo parte integrante dele, desresponsabilizando-se, inclusive, pelo apoio e acompanhamento ao seu trabalho. Esse pensamento, conforme Boleiz Junior (2008), vai ao encontro do que Makarenko defendia no que tange à emancipação dos sujeitos e suas relações educativas, ao propor uma educação que formasse indivíduos no e para o coletivo, levando-os a refletir sobre como a atribuição de responsabilidades exercidas democraticamente mediante a sua participação viva podem ser meios eficientes no processo educativo, demandando o apoio de todos, dos educadores, da sociedade local e das famílias, como também dos próprios educandos. Corroborando com o exposto, Lück (2013) afirma que:

Toda pessoa tem poder de influência sobre o contexto de que faz parte, exercendo-o, independentemente da consciência desse fato e da direção e intenção de sua atividade. No entanto, a falta de consciência dessa interferência resulta em falta de consciência do poder de participação que tem; disso decorrem resultados negativos para a organização e para as próprias pessoas que constituem o ambiente escolar. Faltas, omissões,

descuidos, incompetência são aspectos que exercem esse poder negativo.

O possível desconhecimento do documento é mais evidente quando A-7 sugeriu, como umas das possíveis melhorias, que “o conselho de classe deveria ocorrer por turma”, melhoria essa já regulamentada no Artigo nº 30 do RCC, o qual determina que as “As reuniões de conselhos de classe devem acontecer preferencialmente por turma para primar pela qualidade das discussões” (IFCE, 2016). Sena Neto (2018) também observou que o desconhecimento quanto aos documentos norteadores do conselho de classe interfere diretamente na participação efetiva dos membros.

Desde o início da implementação do conselho no IFCE - *campus* Aracati -, as reuniões acontecem por turma, favorecendo maior efetividade na tomada das decisões relativas aos problemas e desafios pertinentes a cada turma. Percebe-se, portanto, na fala dos estudantes, a necessidade de conhecimento do RCC, para que possam atuar de forma consciente e responsável.

Ressalte-se que esses conhecimentos, diante das premissas da EPT recomendados para os Institutos Federais de Educação - IF, prescindem estar vinculados à “ação ético-política para a vida social” (ARAÚJO; FRIGOTTO, 2015), o que caracteriza a proposta de ensino integrado para uma formação emancipadora voltada para o exercício da cidadania.

A *segunda pergunta* buscou aferir o conhecimento dos estudantes sobre a participação estudantil no conselho de classe. De forma unânime, eles reconhecem que essa participação é muito importante e até “essencial”, pois veem na participação a oportunidade de serem ouvidos e expressarem sua opinião, sentimentos e, principalmente, suas necessidades, a fim de que sejam superadas:

A-9: Eu acho muito importante né, os professores poderem escutar as demandas dos estudantes, as reclamações, até porque assim, fica uma coisa mais oficial [...]. Então é bom levar essas demandas pra, pra direção né, pro grupo de professores mais diretamente, mais formalmente pra eles entenderem o que tá acontecendo, mudar alguma coisa em relação ao ensino, também pra ir se adequando.

A-10: Eu acho que é muito importante porque é o único momento que a gente tem pra dizer o que está nos incomodando, as demandas que a gente tem, como pode melhorar [...]. É o único espaço que a gente tem, então é muito importante.

A-17: Eu particularmente acho muito importante, é um momento em que os estudantes podem reivindicar algumas coisas, podem falar algo que não está dando certo, algum pedido assim sobre determinada disciplina porque a gente sabe que, durante o semestre costuma aparecer bastante problema, seja na metodologia do professor ou seja na forma em que ele avalia e então é um momento que a gente pode dar nossa opinião e falar diretamente com os professores em geral.

A-19: Eu acredito que seja essencial né, é a participação dos estudantes [...] porque tanto a gente vê a necessidade dos professores em si né quanto a dos estudantes que realmente estão participando (...). Então, a cada vez que você tem (...) uma opinião tanto da, né, dos superiores quanto dos que estão sendo ensinados vai contribuir ainda mais pra uma melhor qualidade e desenvolvimento né da instituição em si.

As falas demonstraram que os estudantes têm, de certa forma, consciência e clareza da importância da sua participação no conselho de classe, mesmo que alguns reduzam essa participação apenas aos momentos das reuniões, quando se sabe que mesmo não estando descrito no documento, o conselho tem pelo menos três momentos principais: pré-conselho, conselho e pós-conselho. Estes demandam a participação estudantil. Tanto que eles sentem a necessidade de que toda a turma participe deste momento de reunião. Neste sentido, para Magnata e Abranches (2018), existe uma concordância a respeito da importância da participação dos estudantes no conselho de classe, porque os coloca como sujeitos que também se avaliam, que avaliam a prática docente, que refletem e contribuem, assumindo a corresponsabilidade pelo andamento do processo de ensino e aprendizagem.

É possível perceber nas falas de A-10 e A-17 acima descritas que a participação estudantil às vezes ultrapassa a expressão das necessidades da turma, ampliando-se, mesmo que de forma sutil, para a proposição de superação das demandas levantadas, possibilitando-os refletir sobre sua prática, ao que Freire (2002) denomina de movimento de ação-reflexão-ação.

Magnata e Abranches (2018), na sua pesquisa, concordam que embora a sala de aula seja um espaço para discussões de diversas questões, “é no conselho de classe por meio da participação estudantil que isso é dito oficialmente diante do coletivo, o que pode gerar diálogo e interação entre docente e estudante, mas que também pode reforçar uma relação conflituosa e autoritária entre esses sujeitos”.

Na *terceira pergunta*, indagou-se como se deu a escolha do estudante representante de turma. Observou-se que a escolha do representante de turma foi organizada por eles mesmos, onde cada estudante votou em quem achava o melhor candidato, diante das opções disponíveis. A ausência de um procedimento formal pode levar a entender que a instituição, de um modo geral, minimiza a importância ao processo de escolha do estudante representante de turma, funcionando apenas como mais uma obrigação que precisa ser cumprida e não como um ato de preparação política dos estudantes.

A participação na escolha dos seus representantes é uma importante estratégia para a conquista da autonomia, contudo, não quer dizer que se deve deixá-los fazerem tudo sozinhos, mas sim que eles possam receber as devidas e necessárias orientações para que alcancem cada vez mais elevados graus de autonomia. Na pesquisa realizada por Victor (2019), foi possível perceber avanços em relação à escolha do representante de turma, destacando que Conforme a Resolução do Regulamento Interno do Conselho de Classe do Instituto Federal do Amazonas, “o processo eleitoral de escolha dos representantes discentes, de responsabilidade da equipe técnico-pedagógica, deverá ocorrer nos primeiros trinta dias do ano letivo, com mandato a ser encerrado no último dia do referido ano”. Note-se que além de atribuir um setor responsável pela realização dessa escolha, estipula o tempo de mandato do representante.

No caso dessa turma, em específico, eles conseguiram identificar no estudante escolhido, a partir da sua visão, todos os critérios necessários para representá-los de acordo com o exposto por Victor (2019), porém, apesar disso, surpreende o fato do critério mais citado nas falas se referir ao estudante morar em Aracati, o que acaba restringindo a participação de outros estudantes, se considerarmos a localidade de origem deles, visto que o momento de conselho de classe ocorre em turno diferente das aulas, e alguns não poderiam se deslocar até a instituição somente para participar da reunião.

Essa fala acrescenta ainda um outro elemento que chama a atenção, o fato do representante de turma ser o mesmo desde o início do curso. Segundo A-4, não houve necessidade de troca “porque tava dando certo, a gente não viu necessidade de trocar”. Em

nenhuma fala foi destacado que a aluna representante tenha passado por outros momentos de escolha para a sua continuidade na função. Na democracia, a alternância do poder ou sua manutenção são passíveis, desde que haja processos eleitorais em determinados períodos de tempo, para que os dirigidos optem pela troca ou continuidade do seu representante. Nesse caso, o processo eleitoral ocorreu apenas no primeiro semestre do curso e provavelmente vai se manter até o final, haja vista que já estão no 6º semestre, caminhando para a finalização do curso. Além disso, o RCC não define o período do mandato do representante, o que pode ser considerado como uma falha e um risco à vivência e ao amadurecimento democrático dos estudantes.

A *quarta pergunta* quis saber se a representante da turma está sempre presente nas reuniões. Os estudantes foram unânimes em afirmar que elas sempre participam das reuniões, a representante e a vice. Dificilmente vai apenas uma, fato também identificado nas atas.

Na *quinta pergunta*, os entrevistados foram questionados sobre como ocorre a preparação dos estudantes para as reuniões do conselho de classe. Segundo eles, o representante de turma escolhido organiza as demandas da turma para serem levadas à reunião e, posteriormente, dá o retorno das discussões e encaminhamentos, configurando-se os momentos de pré e pós-conselho:

A-5: Quando era presencial elas chegavam na sala e aí **perguntavam** pra gente se a gente tinha alguma coisa pra falar, pra ela poder dizer na reunião e tudo mais. Agora ela **pergunta no grupo** né da sala aí a gente fala se tem alguma coisa, alguma reclamação e aí elas levam pra reunião. (grifo nosso).

A-7: [...] A gente fazia uma **listinha**. Às vezes a gente realmente se reunia e cada um falava e ela ia anotando. Como geralmente era **no horário de aula**, o professor tava dando aula aí ia passando uma listinha. (grifo nosso).

A-12: Nas aulas presenciais [...] os líderes da sala é, chegavam lá na frente, quando o professor não estava em sala e perguntava qual era a pauta que a gente queria que fosse levada ao conselho, o que era que a **gente tinha a reclamar**, o que era que **tinha a acrescentar** aí eles **passavam um caderno** pra cada estudante e o estudante ia lá e escrevia. (grifo nosso).

A-11: É. Ela tirava as vezes um tempo na **hora do intervalo** e também na **hora da aula**, ela falava com nós, ela pedia **autorização ao professor**. Eles sempre liberavam. (grifo nosso).

No pré-conselho, a representante passa uma lista na sala ou por meio de um aplicativo de mensagem para que cada estudante coloque suas demandas e sugestões e depois disso ela as organiza. Da mesma forma, ocorre o pós-conselho, como descrito pelos estudantes a seguir:

A-19: Elas dão retorno. Elas falam o que foi decidido né, e em relação ao que é levado da sala elas também dão a resposta né se, realmente foi aceito ou se foi dado alguma outra ideia, mas elas sempre dão retorno do que acontece, a gente sempre fica sabendo.

A-7: Às vezes ela passava na sala mesmo, no intervalo quando a gente se juntava, às vezes ela mandava pelo WhatsApp o que tinha sido conversado, o que tinha sido proposto [...].

Os dois momentos são organizados pelos próprios estudantes e guardam as mesmas características gerais, mudando apenas o objetivo. Os estudantes destacaram que antes, o retorno das discussões era feito de forma presencial, nas mesmas condições do pré-conselho, mas agora ocorre pelo grupo de aplicativo de mensagens por meio de áudios onde dão a resposta do que foi discutido.

Em momento algum foi possível identificar, nos relatos dos estudantes, momentos propiciados pelo *campus* para orientá-los sobre a participação no conselho de classe. Neste caso, essa situação contraria o que fora explicitado na pesquisa de Sena Neto (2018), em que os diálogos entre professores e estudantes ocorridos nos pré-conselhos, mediados pela ETEP, têm sido fundamentais para o desenvolvimento da autonomia e da participação estudantil.

Chamou a atenção o fato de a devolutiva das reuniões ser feita pelos próprios representantes, uma vez que no RCC essa é uma atribuição da coordenação do curso ou da Coordenação Técnico-Pedagógica, e não dos estudantes.

Na *sexta pergunta*, os estudantes elencaram quais as demandas mais recorrentes levadas por eles às reuniões do conselho, obtendo-se as seguintes respostas:

A-2: Eu creio que é mais relacionada ao **ensino, a forma que os professores tão passando o conteúdo**. [...]. (grifo nosso).

A-5: **As disciplinas**, por exemplo, se a gente, a nossa **relação com algum professor**, questão acho que de **ar condicionado**, [...], essas coisas. (grifo nosso).

A-6: Questão de **lançamento de notas** também, quando demora muito. (grifo nosso)

A-16: De modo geral também a gente costumava falar sobre a **infraestrutura** [...], reclamar a respeito de **algum professor** [...] ou o ar-condicionado tá, [...] mas a gente levava realmente assim assuntos bem gerais mesmo, tanto envolvendo conteúdo, professor, como a infraestrutura. (grifo nosso).

A-17: Eu acho que era relacionada, na maioria das vezes ou pelo menos em todos os semestres, era sempre relacionado **a algum professor que, que a gente tava com problemas**, [...]ou problema na explicação, metodologia, [...]. (grifo nosso).

De acordo com as colocações acima, as demandas mais levantadas pelos estudantes para serem discutidas na reunião se relacionam ao processo ensino-aprendizagem e infraestrutura, como já identificado anteriormente na análise das atas e apresentado na Tabela 1.

Tabela 1 - Demandas dos estudantes no conselho de classe

Demandas	Respostas
Metodologia	09
Atraso na entrega das notas	06
Infraestrutura	05
Relação com os professores	04
Duração das aulas síncronas	02
Outros	05

Fonte: Os autores (2022).

Quanto ao processo de ensino-aprendizagem, destacam-se a metodologia, atraso no lançamento das notas e na relação professor-estudante. Quando se referem à infraestrutura, destacam-se: falta da quadra; problemas com ar-condicionado; banheiros insuficientes para atendê-los, uma vez que, por serem do Ensino Médio Integrado, alguns dias eles precisam permanecer na instituição o dia todo. A respeito dessas demandas, os estudantes avaliam que elas são, em sua maioria, atendidas.

A-19: [...] a gente já conseguiu muitas coisas pelo conselho né, pela conversa com os professores, por isso que eu digo que é muito importante, porque a cada vez mais que a gente leva, a chance de ser efetuado[...] é maior do que a gente não falar né? Então, que fique bem claro, tem algumas coisas é, eles preferem resolver de outra forma, mas, a maioria das coisas que a gente leva eles sempre é, colocam em pauta no, levam em consideração e acaba que sempre chegam a algum acordo das duas partes.

Porém, quando as demandas são relacionadas ao processo de ensino-aprendizagem, no tocante à metodologia do professor e ao lançamento das notas, eles percebem uma certa dificuldade de resolução, conforme os trechos a seguir.

A-10: [...] Em questão da didática demora um pouco né, porque não é de um dia pra outro que o professor muda a didática, mas na maioria das vezes é atendida sim.

A-11: Eu acho que algumas sim, outras não. [...]. Depende da demanda.

A-14: Eu não vejo. Eu realmente, metodologia do professor, acaba que quando vai conversar com o professor e ele vê, não vou dizer que tem um ranço, [...], mas eu acredito que a metodologia de um professor é muito difícil ser mudada porque é o jeito dele ensinar. Então a gente pede, mas no final acaba se tornando a mesma coisa [...]

A-17: Talvez. A maioria sim. Mas sempre tinha umas que a gente poderia reclamar todos os semestres e no próximo semestre a instituição não resolvia o problema. [...]

Observou-se que, apesar de algumas aparentes frustrações representadas pelas recorrentes demandas não atendidas, eles reconhecem no conselho de classe um importante aliado para a superação das dificuldades na sua trajetória acadêmica, mesmo que de forma lenta.

Na *pergunta sete*, foi buscado identificar alguns fatores que a limitam e outros que a fortalecem, e assim os estudantes foram convidados a falar sobre quais fatores eles percebem que dificultam sua participação no conselho de classe (Tabela 2).

Tabela 2 - Fatores que dificultam a participação estudantil no conselho de classe

Fatores	Respostas
Horário das reuniões	16
Convite em cima da hora	05
Falta de horário para discussão das demandas	03
Falta de interesse dos estudantes	03
Reação dos docentes	02
Nenhum	04

Fonte: Os autores (2022).

Outro fator citado na fala dos estudantes que dificulta e limita a sua participação é o receio de expor suas demandas e críticas e sofrerem represálias posteriormente, decorrente da resistência às opiniões divergentes, o que foi também relatado por Camacho (2010) e Magnata e Abranches (2018), que apresentaram alguns estudantes que se sentiam importantes em participar do conselho de classe para expor suas necessidades temem ser perseguidos por suas falas. Diante disso, é importante que toda a comunidade escolar exercite relações democráticas, comprometidas com a liberdade e com a formação humana dos sujeitos, uma vez que a democratização da gestão escolar deve ser pautada em relações de confiança e cooperação mútua.

Os estudantes citaram também o fato de não ser propiciado a eles um horário, sem depender da concordância de qualquer uma das partes, para que eles possam não só listar suas demandas, mas principalmente discuti-las, argumentá-las e organizá-las em ordem de prioridades. Isso sim vai fazer com que eles amadureçam, por meio do exercício do diálogo. Para Cruz (2005), a prática do conselho participativo permite aos estudantes o exercício da liberdade, do debate e do diálogo. Cabe à escola oferecer as condições para que o estudante avance cada vez mais na sua prática participativa, uma vez que participar é um processo que precisa ser aprendido e ensinado.

Destarte é muito importante compreender os fatores que dificultam a participação dos estudantes no conselho de classe, para que se abra a possibilidade de se propor caminhos viáveis para fomentar isso. Compreender os motivos que levam os estudantes a não quererem participar dos espaços de decisão é fundamental para que se possa encontrar caminhos possíveis para sua superação.

Da mesma forma que alguns fatores dificultam a participação estudantil na reunião de conselho de classe, outros, com efeito contrário, favorecem, embora sejam menos perceptíveis pelos estudantes e, portanto, tenham mais dificuldade de expressá-los.

Nesse contexto, na *oitava pergunta*, os entrevistados foram indagados quanto à necessidade de formação específica para atuarem no conselho de classe. Em sua maioria, eles reconhecem essa necessidade, como demonstrado nas falas a seguir:

A-17: Talvez sim, algo que mostrasse a todos os estudantes a importância do conselho, as coisas que todo estudante pode falar, meio que algo informativo que realmente trouxesse a importância do conselho, entendeu? Que cada um tomasse conhecimento de qual a função do conselho.

A-18: Já seria de ajuda conhecer todas as normas do conselho, panfleto ou texto informativo que fizesse o pessoal se interessar a participar, algo do tipo.

A-8: Não. Eu acredito que não. Eu acho que quem assume essa responsabilidade sabe que vai ser porta voz e se não está apto a isso eu acho que não, elas não deveriam aceitar [...]

Nas suas falas, eles apontaram que sentem a necessidade de oportunidades de formação que tratem de conhecimentos específicos acerca do conselho de classe para todos os estudantes, deixando claro que para exercerem bem sua função, é fundamental que conheçam de forma mais aprofundada as questões relacionadas ao conselho, sem as quais sua participação se dá de forma limitada. Assim como no IFCE - *campus* Aracati -, Sena Neto (2018) concluiu que a ausência de capacitação que atenda as demandas formativas para a função de participante do conselho de classe reflete uma fragilidade na organização dos conselhos de classe do *campus* Caicó, uma vez que a formação contribui para uma efetiva atuação nos conselhos.

Apenas um estudante discordou, argumentando que não há necessidade, visto que ele entende que o representante de turma deve deter todos esses conhecimentos, do contrário, nem deve assumir. Esse entendimento do estudante demonstra, de forma mais contundente, a necessidade de processos formativos, para que ele se identifique também como membro do conselho de classe, mesmo que seja na posição de representado. Essa centralização equivocada do conselho na pessoa do representante já foi algo destacado anteriormente, sendo desnecessário maior aprofundamento.

Dada a necessidade de formação destacada pelos estudantes faz-se necessário que o CC ou setores do *campus* que fazem parte dele, como a Coordenação Técnico-Pedagógica, coordenação do curso, docentes, a organização estudantil do *campus* como um todo, promovam momentos formativos aos estudantes que busquem ampliar e qualificar cada vez mais a sua participação, incentivando-a por meio de estratégias que venham a torná-la cada vez mais eficaz. É importante também que essas formações se estendam para todos os membros do CC, uma vez que muitas das dificuldades enfrentadas pelos estudantes no seu processo de participação no CC dependem prioritariamente das condições que lhe são oferecidas e, por este motivo, compreende-se o tamanho da responsabilidade de todos que fazem esse colegiado.

A *nona pergunta* buscou identificar quais mudanças e sugestões os entrevistados fariam para o conselho de classe. Mesmo diante do desconhecimento do RCC, mas ancorados nas suas experiências pessoais, quando solicitados a sugerir melhorias para o conselho de classe que pudessem contribuir com sua maior efetividade, os estudantes fizeram as seguintes sugestões, classificadas como direcionadas ao documento e direcionadas à prática do conselho.

Sobre mudanças no Regulamento:

A-7: Eu acho assim, que o ideal seria todo mundo participar[...].

A-14: A gente até dá nossas reivindicações para os representantes né, pra eles levarem, mas a gente não tem essa oportunidade de poder assistir, estar perto.

A-18: Eu também acho muito importante, até porque é muito mais efetivo a participação de vários estudantes do que por intermédio de um estudante [...].

A-5: Eu sempre achei interessante essa ideia, pelo menos não precisava ser em todas as reuniões, mas é, algumas, a turma inteira tá lá, tá acompanhando de perto [...].

A-6: [...] de alguma forma a gente [...] a gente tá participando e elas são a nossa representação na reunião em si, só que a gente participa e ao mesmo tempo nem sabe que tá participando né, porque num momento que a gente apresenta uma demanda pra elas levarem a gente tá participando mas nem sabe como é lá, como é que funciona, se o nosso problema pode ter solução né, mas aqui na, pelo Classroom, que eu acho, que acredito que vai, as próximas aulas vão ser ainda por aqui é, poder ser a participação da sala toda, porque às vezes a gente traz uma demanda e estamos só eu, agora é só eu.

Na análise das respostas acima transcritas, a maioria dos estudantes afirma que a participação de toda a turma no momento da reunião do conselho seria a melhoria mais significativa para o conselho de classe, se contrapondo ao RCC que prevê a participação estudantil por meio de um representante de turma. Sem dúvidas é uma fala bastante

significativa para esses estudantes, mas a sua participação por meio de representatividade não basta. Eles querem estar presentes nos momentos decisórios, expor suas opiniões, discutir suas demandas, enfim, exercer realmente o direito à participação.

Na verdade, eles sentem a necessidade de um maior diálogo entre os estudantes e a escola, em espaços que contemplem todos, e não apenas os seus representantes. Talvez por essa razão, apresentaram o entendimento de que, da forma que acontece atualmente, os estudantes, ao mesmo tempo em que estão presentes na reunião, na pessoa do representante de turma, entendem que não participam porque não estão presentes fisicamente, não vivenciam como se dá o momento, como funciona na verdade.

Diante desse entendimento, percebeu-se, em geral, que os estudantes poderiam se sentir mais partícipes das deliberações quando demonstraram essa necessidade de estarem presentes nas reuniões de maneira tão veemente que chegam a propor que a presença de todos “nem precisa ser em todas as reuniões”. Isso demonstra que eles se sentem mais fortes/mais seguros quando estão em grupo, sendo apoiados pelos seus pares. É uma forma de desenvolver melhor seu potencial, bem como é uma característica dos jovens, a necessidade de estar em grupos. Ademais, demonstram uma preocupação com o representante, em sobrecarregá-lo e ele deixar de colocar fidedignamente o que foi discutido por eles.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Visando a finalização deste artigo, é retornado o seu objetivo principal, que foi analisar as atas de reuniões de conselho de classe, assim como ouvir os estudantes sobre os fatores que interferem e facilitam a sua participação na reunião, para compreender como esse momento pode contribuir para a formação omnilateral dos estudantes na perspectiva de uma formação integral.

Partindo do pressuposto que o Ensino Médio, ou o Ensino Médio Integrado, deve ser visto como a etapa final da Educação Básica, e que é uma etapa essencial para a formação do sujeito cidadão crítico, protagonista e emancipado, é importante quebrar de vez a dualidade que possa haver nessa fase.

Romper com essa dicotomia entre Educação Básica e Educação Técnica tem se apresentado um grande desafio para a educação profissional e tecnológica, que busca cada vez mais ofertar uma escola que seja capaz de atender diversas dimensões de formação humana, e dessa forma dar direcionamentos de autonomia e protagonismo aos estudantes, mostrando que eles devem ser capazes de decidir sobre suas escolhas e os caminhos que ele pretende seguir, fazendo uma formação integral, tornando-os cidadãos críticos.

A partir da análise das atas das reuniões do conselho de classe, pode-se depreender que apesar do muito que ainda se tem por avançar, é perceptível a conquista de melhorias significativas para a abertura da participação, em especial dos estudantes, nos momentos de tomada de decisão e planejamento de ações no interior da escola.

Apesar que, para esse exercício de participação, todos os atores do sistema dependem das condições que foram realmente conquistadas dentro do ambiente escolar, que se apresentaram como democráticas, não apenas em falas, mas também em todas as suas ações, tornando essencial que todos esses espaços sejam fortalecidos cada vez mais e seja aprimorado. Nas entrevistas com os estudantes, foi possível identificar diversos fatores que podem dificultar e/ou favorecer a participação estudantil, mas o que mais compromete é a forma como esse colegiado tem sido gestado no *campus*, uma vez que essas dificuldades são mais oriundas do

não cumprimento do Regimento do Conselho de Classe (RCC). A instituição, mesmo tendo um documento que regulamenta o conselho de classe no seu interior, apesar da necessidade de melhorias, insiste em tomar outros caminhos para sua efetivação, o que acaba dificultando a participação estudantil no colegiado. Algumas vezes é visível que não só os estudantes, os sujeitos dessa pesquisa, desconhecem o RCC como boa parte dos seus membros, o que pode justificar em parte o não cumprimento do regulamento. Daí também pode-se perceber a necessidade de formação para todos os membros do conselho.

Sob todas essas observações, é interessante que sejam destacadas sugestões visando reduzir dificuldades na vivência estudantil nas reuniões de conselho de classe, e assim fortalecer esse estudante: a) Formação continuada para todos os membros do conselho de classe, em especial o estudante; b) Promoção de espaços formativos para os estudantes que lhes possibilitem o acesso a conhecimentos que promovam e incentivem sua participação e protagonismo; c) Que sejam revistos no RCC as formas de escolha do representante de turma, assim como a organização dos estudantes para escuta das demandas e mandato dos representantes de turma, que se torna viável a presença de todos os estudantes nas reuniões, assim como garantir que as falas sejam atendidas e resolvidas.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, R. M. de L; FRIGOTTO, G. Práticas Pedagógicas e Ensino Integrado. **Revista Educação em Questão**. Natal, v. 52, n. 38, p. 61 - 80, 2015.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições, 2011.

BOLEIZ JUNIOR, Flávio. **Pistrak e Makarenko: pedagogia social e educação do trabalho**. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 05 out 1988.

BRASIL. Lei Federal nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: Brasília, 23 de dezembro de 1996.

CAMACHO, M. J. V. **Conselho de Classe e Série Participativo: Difícil aprendizagem para uma prática democrática**. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2010.

CRUZ, C. H. C. **Conselho de Classe: espaço de diagnóstico da prática educativa escolar**. São Paulo: Ed. Loyola, 2005.

FIGARO, R. O mundo do trabalho e as organizações: abordagens discursivas de diferentes significados. **Organicom**, São Paulo, v. 5, n. 9, p. 90-100, 2008.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25 ed. São Paulo:

Paz e Terra, 2002.

IFCE - Instituto Federal de Educação do Ceará. **Resolução CONSUP nº 35, de junho de 2016** - Dispõe sobre o Regulamento Conselho de Classe nos cursos técnicos integrados ao ensino médio no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará.

LEITE, L. I. **Conselho de classe: a historicidade de uma prática entre os fazeres ordinários da escola.** 2012. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

LÜCK, H. **A gestão participativa na escola.** 11. ed. Petrópolis/ RJ: Vozes, 2013.

MAGNATA, R. C. V; ABRANCHES, A. de F. P. de S. Conselho de classe com participação estudantil: compreensões sobre avaliação da aprendizagem. **Revista de estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 29, n.72, p. 738-773, set./dez. 2018.

SENA NETO, B. G. de. **Educação Profissional e Conselho de Classe: a experiência no curso de Informática do IFRN/Caicó.** 2018. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional) - IFRN, Natal, 2018.

ROSÁRIO, M. R. da S.; SANTOS, F. A. A. dos; MOURA NETO, L. G. de. Consejo de Clase Y Gestión Democrática en La Educación Profesional Y Tecnológica: una propuesta de taller em uma perspectiva de formación integral del estudiante. **Paradigma**, v. 43, n. 3, p. 602-626, 2022.

SAVIANI, D. **Educação socialista, Pedagogia histórico-crítica e os desafios da sociedade de classes.** In: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D. (Org.) **Marxismo e educação: debates contemporâneos.** Campinas: Autores Associados, 2008.

VICTOR, M. L. R. **Participação estudantil na gestão da educação profissional técnica de nível médio: estudo no IFAM - Campus Manaus Zona Leste,** 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2019.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

Submetido em: dezembro de 2022

Aprovado em: março de 2023